

Resposta à Carta da RMBH aos Candidatos ao Governo do Estado de Minas Gerais e adesão ao Compromisso Metropolitano por uma Governança Cooperativa, Sustentabilidade Fiscal e Infraestrutura Integrada

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2026.

Ao Senhor

João Marcelo Dieguez Pereira

Prefeito de Nova Lima

Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Prezado João Marcelo,

Antes de entrar no mérito da carta, quero registrar uma convicção pessoal que não é gentileza vazia: tenho certeza de que estou conversando com um futuro governador de Minas Gerais. A pergunta não é se você governará Minas Gerais, e sim quando. Você é um prefeito que admiro pela capacidade de execução, pelo espírito público e pela visão regional. O dinamismo com que conduz a Granbel mostra que sua preocupação ultrapassa os limites de Nova Lima e alcança os desafios compartilhados por toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Recebi com grande interesse a Carta da RMBH aos Candidatos ao Governo do Estado de Minas Gerais, entregue pela diretoria da Granbel e pelos prefeitos metropolitanos. O documento não apresenta uma coleção abstrata de reivindicações. Ele parte de uma escuta organizada dos municípios e identifica problemas que nenhuma prefeitura consegue resolver isoladamente.

O diagnóstico é claro. Os serviços prestados por Cemig e Copasa aparecem em 32% das manifestações; a sustentabilidade fiscal municipal, em 24%; a saúde regionalizada e o saneamento, em 21% cada; o transporte, em 19%; a capacidade técnica, em 16%; as divisas territoriais, em 13%; a segurança e as questões sociais, em 8%.

Esses dados confirmam uma premissa do nosso Plano de Governo: a vida das pessoas é metropolitana, embora o poder público continue excessivamente fragmentado.

Após comparar cada ponto da carta com as propostas que já registramos, assumo os cinco eixos apresentados pela Granbel e o cronograma institucional do Pacto RMBH 2040, nos termos desta devolutiva.

Todo compromisso financeiro será acompanhado por compatibilidade orçamentária, definição da fonte e estudo técnico. As medidas que exigirem despesa serão traduzidas na LDO, na LOA e no PPA. Isso não é uma ressalva para adiar decisões. É o modo responsável de transformar compromissos em entregas.

Não prometo aquilo que não vou cumprir. Aquilo que assumo poderá ser acompanhado e cobrado.

1. Governança cooperativa para uma metrópole que já existe

Nosso Plano de Governo prevê fortalecer a institucionalização da Região Metropolitana de Belo Horizonte e estabelecer uma governança compartilhada entre Estado e municípios. A integração deve ser física, operacional e tarifária nos serviços em que essa escala seja necessária.

Também propomos os Governos Regionais, formados pela reorganização de estruturas já existentes, sem criar cargos novos ou uma instância política paralela aos prefeitos. O Governo Regional da área metropolitana terá atribuições claras, equipe técnica e rotina permanente de pactuação. Caberá a ele acompanhar convênios, indicadores, obras, prazos e programas.

As funções precisam ser complementares. A Agência RMBH deve concentrar planejamento e regulação metropolitanos. O Governo Regional deve coordenar as entregas estaduais no território. A Granbel deve ocupar lugar permanente na representação e na pactuação dos interesses municipais.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte pode ser a referência para o fortalecimento da Região Metropolitana do Vale do Aço e para os novos arranjos regionais que nosso plano propõe estudar no Triângulo Mineiro e na Zona da Mata.

2. Eixo I: relação com concessionárias e infraestrutura essencial

Assumo o compromisso de instalar, nos primeiros 100 dias, a Mesa Permanente de Repactuação entre Cemig, Copasa, Granbel e Governo de Minas Gerais.

Essa mesa deverá acompanhar contratos, metas e reclamações por município. Também deverá publicar indicadores sobre continuidade, investimentos, qualidade e tempo de resposta. Não é razoável obrigar cada prefeito a bater separadamente à porta das mesmas empresas para resolver problemas que se repetem em toda a Região Metropolitana.

Comigo, a Cemig não será privatizada. Isso aumenta a responsabilidade do governador de exigir qualidade. A interrupção prolongada do fornecimento de energia representa perda de produção e de renda, especialmente para o pequeno produtor rural. A empresa deverá ter metas regionais para reduzir a duração e a frequência das interrupções.

Na área de saneamento, nosso plano prevê contratos com cronograma por município, metas intermediárias, proteção tarifária e redução de perdas. O planejamento deverá alcançar áreas rurais, distritos, municípios com menor capacidade técnica e periferias.

A Arsae-MG será fortalecida para exercer regulação independente e cobrar o cumprimento dos contratos. Nenhuma decisão estrutural sobre a Copasa poderá ser tomada sem demonstrar seus efeitos sobre a continuidade do abastecimento, a proteção tarifária e a universalização dos serviços.

A segurança hídrica será planejada na escala das bacias. Nesse ponto, proponho que o Pacto RMBH 2040 recupere e atualize a Trama Verde e Azul, conectando o planejamento ambiental ao desenvolvimento urbano.

3. Eixo II: saúde regionalizada e financiamento justo

Assumo o compromisso de lançar, nos primeiros 100 dias, a Agenda Metropolitana da Saúde.

A superlotação das UPAs não é apenas um problema da urgência. É o resultado de uma rede fragmentada, na qual a atenção primária não resolve tudo o que poderia resolver e o paciente não encontra acesso organizado à média complexidade.

Nosso Plano de Governo prevê redes regionais integradas, fortalecimento dos consórcios e coordenação estadual dos fluxos. A finalidade é impedir que problemas que poderiam ser resolvidos antes sejam empurrados para as UPAs e para os hospitais.

A Agenda Metropolitana deverá construir uma pactuação financeira para os municípios polo, considerando complexidade, demanda e produção. Quem absorve pacientes de toda a região não pode receber financiamento como se atendesse apenas a própria população.

Também assumo a construção de um modelo regular de cofinanciamento do SAMU Regional, com atribuições estaduais e municipais claramente definidas.

Para enfrentar as filas, vamos organizar forças-tarefa por especialidade, integradas à regulação permanente e orientadas por critério clínico e territorial. A meta não será realizar uma ação isolada que produza fotografia e permita que a fila reapareça. Será reduzir a demanda reprimida e corrigir a forma como a rede funciona.

Nosso governo também dará transparência às filas e fortalecerá a atenção primária, os consórcios de saúde, as forças-tarefa regionais e a regulação estadual.

4. Eixo III: mobilidade integrada e transporte intermunicipal

Assumo o compromisso de instituir, nos primeiros 100 dias, o Fórum de Mobilidade Regional, com participação da Agência RMBH, da Granbel e dos municípios.

Esse fórum deverá conduzir o Plano Metropolitano de Mobilidade e iniciar a reestruturação do transporte coletivo intermunicipal.

Nosso Plano de Governo prevê integração física, operacional e tarifária entre os sistemas municipais e metropolitanos. Isso inclui a construção de um modelo de bilhetagem integrada e o estudo da tarifa única metropolitana, com o objetivo de viabilizá-la quando existirem condições fiscais e técnicas.

O usuário não pode pagar pela desorganização entre contratos e entes públicos. Integração não significa apenas trocar o cartão. Significa permitir que o cidadão atravesse a Região Metropolitana com menor custo e maior previsibilidade.

A qualidade será medida por confiabilidade, lotação, regularidade e tempo de viagem. Qualquer apoio financeiro estadual deverá estar condicionado a resultados verificáveis. O modelo será construído após examinar contratos, demanda e financiamento.

Quanto aos gargalos viários, o Estado manterá uma carteira permanente de projetos executivos e um diagnóstico atualizado da infraestrutura metropolitana. Serão priorizadas alças de integração, corredores operacionais e ligações estratégicas, com base em impacto econômico e segurança viária.

5. Eixo IV: sustentabilidade fiscal e apoio institucional

Assumo o compromisso de apoiar, durante o primeiro ano de governo, a consolidação da Central de Projetos da Granbel.

Muitos municípios não deixam de acessar recursos por ausência de necessidade. Deixam de acessá-los porque não têm equipe suficiente para elaborar projetos executivos ou estruturar convênios.

Os Governos Regionais deverão apoiar os municípios com menor capacidade técnica. Esse trabalho poderá envolver a Fundação João Pinheiro, os institutos federais e as universidades, respeitadas as atribuições de cada instituição.

Também assumo a criação do Programa de Modernização Tributária Municipal, sem aumento de carga para o cidadão. O objetivo será apoiar o combate à sonegação, a integração de sistemas, a recuperação da dívida ativa e a simplificação de processos.

Nosso plano já prevê estudar a modernização da Lei Robin Hood diante da Reforma Tributária. A transição para o IBS exige preservar a previsibilidade da receita municipal e os incentivos relacionados à educação, ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e à saúde.

Para os municípios impactados pela mineração, a resposta não pode ser esperar a exaustão da atividade. Nossa Política Estadual de Minerais Críticos e Terras Raras pretende transformar a riqueza mineral em fornecedores locais, indústria, pesquisa, qualificação profissional e tecnologia.

O Estado deverá ajudar cada região mineradora a construir sua transição econômica enquanto ainda existem atividade produtiva e arrecadação.

6. Eixo V: ordenamento territorial, segurança e assistência social

Assumo o compromisso de apoiar um Programa Metropolitano de Regularização Territorial, com participação da Agência RMBH, da Cohab Minas, da Granbel e dos municípios.

Nosso Plano de Governo prevê ampliar o Minas Reurb. A regularização será feita em cooperação com cartórios, prefeituras e registros. A entrega do título deverá ser acompanhada por infraestrutura e urbanização, para que a escritura se transforme em bairro consolidado.

O Programa Metropolitano também deverá tratar tecnicamente das divisas e dos loteamentos irregulares. A expansão urbana não pode continuar ocorrendo sem coordenação entre municípios vizinhos.

O Pacto RMBH 2040 não deverá começar do zero. Minas Gerais já possui conhecimento acumulado no PDDI-RMBH e no Macrozoneamento elaborado com participação da UFMG. A Trama Verde e Azul é um dos instrumentos que precisam ser recuperados.

Ela articula bacias hidrográficas e espaços verdes em escala metropolitana. Também protege áreas de recarga hídrica, fundos de vale e remanescentes florestais. Essa rede deve orientar a expansão urbana e a prevenção de ocupações em áreas de risco.

A Trama Verde e Azul será uma das bases do Plano Estratégico Metropolitano RMBH 2040, com atualização técnica, cronograma de execução e participação social. Não poderá ser apenas uma imagem bonita num documento. Deverá resultar em projetos e responsabilidades definidos.

Na prevenção de desastres, o Estado oferecerá coordenação estadual e organizará alerta, monitoramento e resposta rápida, com planejamento por bacia e apoio à capacidade municipal.

Na segurança pública, nosso governo criará o Centro Integrado de Inteligência Criminal, com análise criminal, base de dados, diagnóstico territorial e inteligência compartilhada. Na Região Metropolitana, será instituído um protocolo de cooperação entre as Guardas Municipais, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Penal, sempre respeitando suas competências legais.

Para a população em situação de rua, o Cadastro Único será utilizado como Mapa Estadual de Desproteções. A atuação será organizada em escala regional e integrará assistência social, habitação, saúde e trabalho. Também teremos CREAS volante regional para apoiar municípios sem estrutura própria e situações de alta complexidade.

7. Agenda Conjunta de Implementação: Pacto RMBH 2040

Nos primeiros 100 dias de governo:

1. Instalar a Mesa Permanente de Repactuação com as concessionárias.
2. Lançar a Agenda Metropolitana da Saúde.
3. Instituir o Fórum de Mobilidade Regional.
4. Formar o grupo executivo responsável pelo Pacto RMBH 2040.

Durante o primeiro ano:

1. Apoiar a consolidação da Central de Projetos da Granbel.
2. Implantar o Programa de Modernização Tributária Municipal.
3. Apresentar o diagnóstico inicial e a carteira prioritária do Pacto RMBH 2040.
4. Iniciar os protocolos metropolitanos de cooperação social e segurança.
5. Retomar tecnicamente a Trama Verde e Azul.

Até o final da gestão:

Entregar o Plano Estratégico Metropolitano RMBH 2040, com carteira de projetos, fontes de financiamento, indicadores, metas e revisão periódica. O documento deverá estar vinculado ao planejamento orçamentário e acompanhado por um painel público de execução.

Por fim, destaco que recebo a carta da Granbel como um compromisso de governo. Ela é compatível com a convicção que orienta nosso plano: problemas regionais exigem soluções regionais.

O Governo de Minas Gerais não pode continuar lançando responsabilidades sobre os municípios e aparecendo apenas para inaugurações. Precisa oferecer capacidade técnica, coordenação e presença cotidiana.

A Granbel terá lugar permanente nessa construção. Não quero receber esta carta para guardá-la numa gaveta. Quero que ela seja um instrumento de trabalho e de cobrança.

O cidadão já vive de forma metropolitana. O Estado precisa aprender a governar de forma metropolitana.

Com admiração e respeito,

Gabriel Azevedo

Candidato a Governador de Minas Gerais